

UM DESAFIO DO TAMANHO DE ANA MARIA CAMARGO

Silvana Goulart¹

*É sempre bom lembrar,
que um copo vazio está cheio de ar.
Gilberto Gil*

NO COMEÇO

Trabalhei com Ana Maria em projetos ligados a diversas instituições, começando pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, no fim da década de 1970. Foi quando a conheci. Não havia sido sua aluna de Metodologia na Faculdade de História, pois vinda da UFMG fora obrigada a fazer novo vestibular para ingressar na FFLCH da USP e recebera dispensa das matérias dos dois primeiros anos - a Federal de Minas Gerais tinha

¹ Graduada e mestre em História Social pela USP; publicou a dissertação *Sob a verdade oficial*, referente à imprensa e propaganda no Estado Novo. Especializou-se em Arquivologia, sendo coautora dos livros *Tempo e circunstância*, que traz proposta metodológica para o tratamento de arquivos pessoais, e *Centros de memória: uma proposta de definição*, ambos com Ana Maria de Almeida Camargo. Dedicou-se a consultoria, centros de memória e gestão de documentos históricos. Participa de cursos e projetos ligados à Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ-SP e à Associação Brasileira de Memória Empresarial - ABME.



para o curso de História um currículo bem semelhante ao da Universidade de São Paulo. O Arquivo era uma divisão da Secretaria da Cultura, o Daesp, e naquela época coisas importantes aconteceram ali. A primeira foi a gestão de José Sebastião Witter, historiador e professor de História da República na USP, que colocou Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto na coordenação de ações fundamentais para a entidade. Em 1984, por exemplo, foi implantado o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo que regulou o recolhimento de documentos da administração pública, evitando a dispersão sistemática do patrimônio público.

Houve nesse momento a contratação de uma dezena de estudantes e historiadores recém-formados, por meio de convênio com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e a leva de jovens, assim como os funcionários regulares da instituição, recebeu formação por profissionais do Arquivo Nacional, do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e da Fundação Getúlio Vargas, entidades cariocas. Seminários e cursos, organizados e mediados por Ana Maria e Heloísa, trouxeram também arquivistas que atuavam na França, com destaque para o maior deles, Michel Duchein, e outros autores dos artigos que líamos nas publicações da área. Ambas foram mestras de uma geração de historiadores sem qualquer formação arquivística anterior e pouca intimidade com os documentos públicos, que podem vir a ser fontes históricas. Muitas vocações se revelaram aí – futuros pesquisadores entenderam a acumulação sedimentar dos documentos no arquivo e a lógica da administração pública e se prepararam para formular hipóteses sobre a dinâmica da sociedade e a história do Brasil. Outras pessoas, eu entre elas, foram capturadas pelo charme dos arquivos cujos papéis só adquirem valor se forem compreendidos – a lógica do sapo que precisa ser beijado para virar príncipe.

O depósito principal da reserva técnica do Arquivo, no prédio da rua Dona Antônia de Queirós, guardava parte dos documentos em um salão cimentado, com estantes de aço e latas verticais de alumínio repletas de papel, com espaço para uma etiqueta de identificação e uma alça que ajudava a aguentar seu peso. No mar de latas destacavam-se muitos metros lineares de prateleiras com a inscrição *Correspondência dos presidentes de Província* e perturbava a Ana Maria, que conhecia o valor dos maços, que ali estivesse parte importante da história paulista colonial, já que nesses ofícios se



trocavam informações sobre a vida local e a MetrÓpole portuguesa. Os prepostos da Coroa relatavam os eventos e suas impressões sobre todos os âmbitos da vida provincial, do recolhimento de impostos à saúde da população. As respostas traziam as instruções metropolitanas que tinham força legal.

Ana Maria organizou, a partir daí, um projeto desafiador, de reconstrução da administração pública por meio do recolhimento das leis regulares e extravagantes que normatizaram a vida na colônia. Foi feito o levantamento de monografias e das fontes legislativas, as únicas capazes de fornecer elementos para reconstituir as atribuições de cada órgão e cada funcionário do governo. Ao levantamento se seguiram muitos meses de leitura e discussão por uma equipe, da qual participei, formada por 11 pessoas, entre funcionários do Arquivo e historiadores voluntários. Um trabalho duro e um clima de entusiasmo davam o tom das reuniões semanais, pois estava clara a vocação de modelo para as demais províncias do Brasil. Quem conheceu Ana Maria sabe do seu desejo de buscar objetivos relevantes e a longo prazo. A parte concluída do projeto apresentou as fontes organizadas cronologicamente e o arcabouço da estrutura administrativa vigente na Colônia. A partir daí seriam construídos organogramas da administração e quadros específicos de cada unidade, equivalentes aos fundos de arquivos, de modo a fornecer um paradigma para a organização do acervo colonial da Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo.

O ACERVO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A organização do acervo de Fernando Henrique Cardoso foi aventura que começou antes da existência de uma instituição. No final dos anos 1990, Ana Maria Camargo foi convidada pela antropóloga Danielle Ardaillon, amiga da família Cardoso, aluna e orientanda de Ruth e assessora de FHC, para tratar o arquivo pessoal correspondente às fases de sociólogo, pesquisador e professor, acumulado em São Paulo. Ana Maria convidou a Grifo, escritório de projetos históricos e editoriais do qual faço parte, a montar uma equipe para ordenar e descrever o conjunto. O trabalho foi concluído e depois do segundo mandato presidencial, em 2004, Fernando Henrique



fundou um Instituto e o mesmo grupo de documentalistas foi convidado a fazer o tratamento técnico do acervo presidencial.

Esse conjunto está sob a Lei nº 8.394, de 30/12/1991, que rege o conjunto documental acumulado por um presidente da República, considerando-o privado, mas investido de interesse público e, portanto, parte do patrimônio nacional. Trata-se de uma fronteira movediça entre o oficial e o particular, o público e o privado, até por incluir a documentação anterior e posterior produzida e acumulada no exercício do cargo de Presidente, incluindo documentos de colaboradores e familiares em poder do titular. Seu tratamento não conta com dotação pública, mas pressupõe conservar, organizar e descrever o acervo a partir dos padrões contemporâneos de informatização, e dar acesso à sociedade.

Com esse conjunto pudemos criar, apurar e testar uma metodologia de tratamento de acervos, com licença para inovar. Essa experiência gerou o livro *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, um trabalho que deveu muito à coragem da Ana Maria que a essa altura já era uma referência na área arquivística, já fora diretora de um arquivo municipal, escrevia para publicações especializadas e era conferencista em congressos e seminários da área, orientava teses e participava de bancas universitárias pelo Brasil afora. Fui sua parceira no desbravamento do acervo FHC e nas conversas e discussões sobre como enfrentar uma documentação diferente de tudo o que havíamos conhecido até então. Foi imprescindível a presença da equipe de documentalistas - historiadores, bibliotecários, jornalistas, sociólogos - que participou de todos os processos com interesse e criatividade. No livro *Tempo e circunstância*, a apresentação de Danielle Ardaillon, então curadora do Instituto, falou sobre o trabalho como um "exercício acadêmico" de escolha de critérios descritivos e sobre a harmonização entre as demandas da equipe, o instrumental dos informatas responsáveis por criar um banco de dados e as necessidades de uma instituição privada, que tinha objetivos estatutários a cumprir.

Ocorreu que a base de dados de Brasília, que guardava todos os documentos entregues ao chefe do Executivo via Secretaria da Presidência da República, apresentava inconsistências que colocavam os registros em risco. E sobretudo, era necessário adaptar



a descrição feita na administração interna de atendimento à Presidência para a consulta externa. Na nova fase tratava-se de um acervo permanente e investido de interesse público. Os documentos deveriam ter metadados que dessem conta de oito anos de história republicana, correspondentes aos dois mandatos presidenciais e foi preciso recomeçar do zero, da construção de uma metodologia específica à concepção e programação de uma base de dados potente e versátil. Danielle Ardaillon, a curadora, descreve o clima:

Inúmeras discussões pontuaram reuniões e mais reuniões de trabalho, detalhamentos, hesitações... Cada decisão arduamente tomada abria nova frente de dúvidas. Sei que o esmero profissional das autoras está satisfeito apenas por enquanto. E com razão. Uma metodologia é um work in progress (Ardaillon, 2017, p. 7).

UM CONJUNTO COMPLEXO

O acervo textual era formado pela documentação que transitou pelo Gabinete do Presidente da República², por onde entram itens das mais variadas espécies e proveniências. Assessores diretos, ministros e outros membros do Executivo, parlamentares, empresários e cidadãos depositam ali relatórios, programas governamentais, roteiros de eventos, notas preparatórias de viagens e de reuniões, convites, pareceres técnicos, diplomas, prospectos e muito mais. A ausência de regularidade era o padrão. Outro bloco documental era produzido em série, por funcionários e órgãos internos do governo encarregados de registrar a agenda e a movimentação diária do chefe da Nação, por meio de filmagens e fotografias das atividades e eventos que contavam com sua presença, em qualquer ponto do país e no Exterior.

Documentos textuais preenchem mais de mil caixas-arquivo e as fotografias, em diversos suportes, somavam cerca de 250 mil itens. A documentação sonora e audiovisual somava cerca de 3.000 horas de gravação de audiências, reuniões, viagens,

² Na Chefia de Gabinete estavam então alocados o Departamento de Documentação Histórica, a Secretaria Particular, a Assessoria Especial, a Assessoria Diplomática, a Ajudância de Ordens, o Cerimonial e a Subsecretaria de Imprensa e Divulgação.



entrevistas, pronunciamentos e discursos, e era produzida tanto por órgãos do governo como por agências privadas que geravam noticiário impresso, radiofônico e televisivo, testemunhando de fora os mesmos eventos. A par disso, havia os objetos, majoritariamente oferecidos como homenagem por autoridades nacionais e estrangeiras, organizações não governamentais, empresas e pessoas, conhecidas ou anônimas. E ainda, a biblioteca, constituída por escolhas do chefe do Executivo e pela oferta de cidadãos, autoridades, entidades públicas e privadas, amigos, editoras. A rápida descrição dá ideia da quantidade de questões a abordar, desde a conservação física de materiais diversos até a descrição de tudo, de forma inteligível e de maneira a estabelecer uma rede de entendimento dos itens entre si.

O tamanho e a complexidade do arquivo exigiram a tomada de decisões ancoradas na teoria arquivística, tarefa que Ana Maria enfrentou com um pé na experiência e outro na inventividade. Optou-se por dar um tratamento individualizado aos documentos, para aproveitar parte do trabalho realizado pelo sistema de informações da Presidência da República e pela absoluta impossibilidade de estabelecer séries *a priori*, em um acervo formado majoritariamente pela recepção de documentos diferentes entre si, vindos das mais diversas origens e para cumprir funções também diferentes.

PARÂMETROS

O ponto de partida foi tratar o arquivo como conjunto indissociável, cujo sentido aflora quando se estabelecem as articulações internas e os nexos entre os documentos e as atividades e funções que lhes deram origem. A busca do contexto de produção presidiu a metodologia, cujo objetivo era preservar e dar a conhecer a organicidade da documentação.

A atribuição de contextos de produção levou ao estabelecimento de categorias de atividades e eventos específicos, sem que grandes categorias servissem de guarda-chuva. A precisão vem da identificação de situações concretas de produção/acumulação dos documentos, ou seja, as circunstâncias que lhes deram origem. Atividades e eventos



foram listados em um glossário onde cada termo foi definido para orientar o pesquisador e isso mais uma vez se deveu à clareza de Ana Maria. A prova dos nove é que o glossário apresenta um amplo panorama de funções de um chefe de cargo político do Executivo, sendo útil para outros acervos. Mas é claro que também foram estabelecidas funções e atividades ligadas à vida social, familiar e pessoal do titular. Quem lida com arquivos pessoais sabe o quanto de sensibilidade é necessário para estabelecer tais circunstâncias ligadas à intimidade e à subjetividade do ser humano. No caso Fernando Henrique Cardoso, a justaposição de funções entre o político e o intelectual exigia que a classificação dos documentos se fizesse mesmo a partir de eventos específicos pois o titular não separou no tempo suas atividades políticas e acadêmicas. Foi normal por exemplo, que durante a presidência ele ministrasse aulas magnas em instituições de ensino ou escrevesse prefácios e comentários sobre obras acadêmicas. Suas funções não ocorreram em tempos separados, mas se misturaram ao longo da vida e as atividades e eventos que balizaram cada documento deviam ser precisas para contextualizá-lo. Ana Maria demonstrou nessas operações algo que falou a vida inteira: que se pode evitar a instabilidade que ocorre com as grandes classificações, sob as quais se encontram inevitáveis sobreposições e ambiguidades.

Uma decisão inicial tomada por Ana Maria foi integrar biblioteca e acervo, considerando que parte dos livros trazia referências de origem por terem sido ofertados por pessoas que mantinham relações com Ruth e Fernando Henrique, a partir de circunstâncias diversas. Ficava sanada aqui a ruptura que ocorre comumente em acervos pessoais quando se apartam os livros dos demais documentos, ocorrendo a perda de um vínculo fundamental até para expressar os interesses e aspectos da vida intelectual do titular da biblioteca. A própria catalogação que atribui áreas de conhecimento às unidades bibliográficas já qualifica os interesses de quem acumulou os livros. Mas é importante dizer que esse olhar não determinou uma mudança no tratamento técnico do material, feito sob o Código Anglo-Americano de Catalogação (AACR2), compêndio de regras para a criação de descrições bibliográficas, e a Classificação Decimal Universal (CDU), utilizada para a indexação e recuperação por assunto. No entanto, as fichas na



base de dados receberam, quando havia, informações de contexto, evidenciando a lógica de acumulação.

Uma decisão semelhante incorporou os objetos à mesma lógica, já que em um acervo presidencial os presentes concretizam as relações entre estados, governos, representantes de instituições, pares políticos ou expressam sentimentos dos cidadãos. Caso semelhante diz respeito a honrarias, premiações, condecorações e titulações que refletem as relações de uma pessoa com sua função de representatividade junto a instituições públicas, universidades, entidades privadas e não governamentais. Ana Maria foi incisiva ao ressaltar que os cerca de 2.000 objetos de origens variadas eram documentos de arquivo na sua essência, ainda que possam ser expostos em mostras semelhantes às dos museus. O sentido de um artefato em um acervo é ditado pelo seu contexto de entrada, o que justifica a sua permanência. Uma bandeja de metal, como várias do acervo, é um utilitário cuja presença se explica pelo contexto: ou foi recebida em viagem como presente de Estado, ou tem uma inscrição que se refere a um fato memorável de uma instituição ou foi presente de um cidadão ao chefe de Estado à guisa de homenagem.

Mas uma das operações mais ousadas aplicadas ao acervo Presidente FHC, incentivada e validada por Ana Maria foi a organização da reserva técnica que rompeu com a configuração lógica dos documentos. Há muito se discutia a possibilidade de um depósito aproveitar todo o espaço útil disponível para acumular os itens, preenchendo inteiramente os invólucros disponíveis em uma sequência sem interrupções. Para quem, como eu, deu tratamento técnico a arquivos antes da informatização era natural dispor os documentos em caixas, pastas ou maços a partir da lógica intelectual usada na organização. Importante lembrar que nas fichas de papel preenchidas manualmente ou à máquina, estava espelhada a classificação, geralmente a ordem era cronológica e a numeração que mapeava os documentos no acervo correspondia a tudo isso, carregando as siglas referentes aos arquivos e às suas divisões.

No acervo presidencial de FHC privilegiou-se a configuração material dos documentos, lembrando que o conjunto tinha papel A4, papéis de pequeno (cartões) e grande formato (diplomas, jornais), fotografias de tamanhos diversos (*slides*, cromos,



negativos, ampliações), fitas magnéticas (VHS, Umatic, fitas rolo, fitas cassete), discos ópticos (CD e DVD), quadros, gravuras, bandeiras, objetos e artefatos das mais diversas dimensões. Estava claro que a melhor opção seria privilegiar a configuração material de cada grupo para proteger a integridade física dos itens, guardá-los com economia de espaço e estabelecer os cuidados de conservação em cada ambiente de guarda. Com a decisão tomada ficaram juntos os grupos de materiais e formatos semelhantes, separados em unidades de arquivamento, o que quebrou a lógica intelectual da organização. A curadoria do Instituto legitimou a decisão com suas vantagens e riscos, esses últimos representados pela dependência em relação à base de dados que reúne os documentos de mesmo contexto, sejam eles de qualquer gênero - textual, iconográfico, audiovisual, sonoro ou objeto. Ana Maria foi fundo nessa ousadia, sempre bem compreendida por seus pares, mas também despertando grandes hesitações pelo temor de romper com uma tradição tão arraigada entre nós. Vale ressaltar que tal decisão refletiu o espírito pioneiro de Camargo e seu alinhamento com a riqueza de possibilidades da tecnologia, essencial no caso dos arquivos no enfrentamento das grandes massas documentais a organizar.

FUTUROS

Estávamos amadurecendo ideias no Acervo FHC quando a pessoa física de Ana Maria desapareceu. Uma delas era a discussão sobre a presença material de objetos em instituições de custódia, que na falta de recursos não cogitam avaliar e redimensionar seus acervos a fim de mantê-los na sua essência. Qual a necessidade de guardar fisicamente determinado objeto se a documentação sobre ele pode perfeitamente atestar seus vínculos com o acervo, assim como a documentação fotográfica mostra a sua materialidade? Não seria racional manter acervos mais enxutos em um país onde não há dotação regular de recursos nem para guardar a documentação pública? Não é hora de pensar critérios, debater francamente a questão e enfrentar tabus?

Outra questão que Ana Maria começava a estudar e era tema de debate com a equipe recai sobre a reavaliação da classificação dos artefatos, a partir do seu significado



intrínseco. Guardados junto a objetos utilitários de um conjunto de presentes, eles expressam uma função simbólica que os diferencia. O aspecto iconográfico dos símbolos assume aqui uma função destacada: um dístico, um emblema, uma marca, uma divisa, um lema - graficamente representados -, são diferentes dos utilitários. Mas emergem questões para discussão pois, um copo ofertado como homenagem com uma inscrição memorialística também não foi pensado para morar na cozinha. Os objetos providos de símbolos teriam a imagem como linguagem principal? Um broche que representa um título honorífico não é um utilitário no sentido comum, no entanto ele foi feito para ser portado em uma lapela. São problemas que se colocam no entroncamento de várias áreas do conhecimento além da nossa, entre elas, a linguística e a semiótica.

Como equipe vamos seguir os caminhos abertos por Ana Maria valorizando a interdisciplinaridade e questionando o que soar ilógico. Honrar a sua memória é respeitar os arquivos como conjuntos orgânicos e interdependentes, é manter a integridade deles e o rigor técnico no tratamento, sem deixar de criar, dentro dos parâmetros da teoria arquivística. É buscar o sistema de relações interno do arquivo para realçar a conectividade entre os documentos. Tudo para tornar inteligível a vida de pessoas e instituições.

Para mim tudo isso se representa por um copo transbordando do oxigênio das possibilidades.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

